

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital ou pessoalmente nesta tarde de quarta-feira.

Queria começar falando sobre a imobilidade urbana na Grande Florianópolis, especialmente no dia de hoje, do suplício que foi para a população do norte da ilha deslocar-se à outra região desta cidade capital porque há um buraco, do tipo panelão, principalmente nos períodos de chuva, lá em Ratoles, uma craterinha, que poderia ser suturada com meia dúzia de baldes de asfalto,

resolvendo, de forma emergencial, pelo menos para diminuir o desespero e a angústia de dezenas de milhares de pessoas do norte da ilha que precisam se deslocar para a capital.

E as manifestações pelas rádios, ou mesmo pessoais, com relação diretamente à minha pessoa, falam do desespero e da indignação da sociedade com relação aos órgãos públicos responsáveis pela manutenção das condições mínimas de uso das rodovias. Só nesse buraco, que já está aberto há 48h, uma centena de carros estouraram pneus, possivelmente danificando outras peças e, evidentemente, colocando em risco a vida de diversas pessoas, uma vez que, numa pista de velocidade acima de 80km, o estouro de um pneu pode ocasionar um capotamento com vítimas fatais.

Curiosamente, esse buraco fica a uma distância de 250 metros de uma estrutura do Deinfra que tem todas as condições para ir lá e resolver esse problema e muito mais.

A informação é que agora estão lá, enfim, consertando. Aí se imagina uma pista com duas faixas em direção ao centro e que, por conta de um buraco, uma pista seja obstruída com cones, justamente para que os carros não caiam naquele buraco, mas ninguém se lembra de ir lá colocar barro para que os carros possam passar, pelo menos naquela velocidade letárgica, nas manhãs de todos os dias úteis nesta capital. Parece até que há uma satisfação em deixar a situação ficar ainda mais angustiante para justificar algum contrato milionário que precise ser feito sem licitação.

É um absurdo a falta de manutenção nas rodovias neste estado, na Grande Florianópolis, especialmente na SC-401, que é a rodovia principal de acesso às praias desta cidade. E estamos chegando ao mês de dezembro! E há pessoas que ganham salários para planejar, pensar sobre a mobilidade, o abastecimento e a qualidade de vida das pessoas.

A indignação da comunidade do norte da ilha é tão grande que estão pensando inclusive em fechar a SC-401, de preferência mais perto do centro, quem sabe ali antes do Palácio do Governo, porque

daí não incomodará apenas a população que precisa do acesso, mas as próprias autoridades, inclusive aquelas diretamente responsáveis pela manutenção das rodovias neste estado.

Ainda sobre o Deinfra, quero falar sobre a ponte Hercílio Luz, mais precisamente sobre a notícia de que a empresa TDB Produtos e Serviços, do Espírito Santo, abandonou a obra emergencial que tinha como objetivo manter a ponte de pé ou garantir que ela não caia até que o governo faça uma licitação internacional para restaurar a ponte. E já vamos para mais de três décadas sem circulação na ponte! Foram gastos milhões em recursos públicos e ponte se tornou uma espécie de galinha de ovos de ouro.

Propusemos no começo deste ano, no mês de março e abril, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar quanto já havia sido investido e por quais razões a ponte Hercílio Luz não conseguia sair do seu estado de fechada, apesar do contrato com a empresa chamada Espaço Aberto. É importante dizer que esta TDB Produtos e Serviços, subcontratada da Espaço Aberto, segundo o contrato com o governo, garantiria que a ponte ficaria de pé até que houvesse um contrato maior para a restauração de forma definitiva.

Então, essa é uma situação absurda que já ultrapassou todas as balizas de razoabilidade com a coisa pública. É um desrespeito com o patrimônio arquitetônico, artístico e cultural de Santa Catarina e com o povo catarinense. A abertura dessa ponte a pedestres e ciclistas poderia ser útil para aliviar os engarrafamentos e melhorar a mobilidade aqui na região da Grande Florianópolis, que é o que defendemos, mas dizem que a ponte será aberta para trânsito de veículos, de carros, o que seria outro absurdo. Não conseguem fazer com que ela funcione para as pessoas caminharem por cima, imaginem colocar um caminhão na ponte. Então, parece que se pensa cada vez menos e se fica cada vez mais distante da possibilidade do respeito a esse patrimônio, repito, do povo catarinense.

Por fim, nos minutos que me restam, não posso deixar de falar sobre a CPI que investiga o

contrato entre o Ministério Público do Estado e a Becker Construções Ltda para a construção de um prédio num terreno da rua Bocaiúva. Recebemos e aqui relemos o relatório da CPI, na última segunda-feira, à tarde, cujo conteúdo é conhecido por todos que prestam atenção na política e nas instituições do estado.

Mas tivemos um fato publicado, ontem, uma decisão monocrática do desembargador Luiz Zanelato, apontando, em vários aspectos, no caminho da CPI, que a dispensa de licitação no contrato foi ilegal, ele não poderia ter sido feito com dispensa de licitação. O desembargador Luiz Zanelato considerou nulo o contrato entre o Ministério Público e a Becker Construções Ltda., inclusive com os mesmos argumentos que constam no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, que encerramos na última segunda-feira. Aliás, o desembargador Zanelato traça um paralelo entre esse negócio feito pelo Ministério Público do estado e aquele prédio em São Paulo, do Tribunal do Trabalho, TRT-SP, do juiz Nicolau, Lalau, na sua decisão monocrática assinada com data de 12 de novembro, embora tenha sido publicada somente ontem.

Diz, sim, que a empresa Becker pode continuar a obra, mas sem o contrato do Ministério Público, ou seja, como obra particular, privada e, portanto, com dinheiro dela, da Becker Construções Ltda. e não com o dinheiro do erário, com dinheiro do Ministério Público.

Então, esse é o teor da decisão do desembargador Luiz Zanelato e não outra coisa. Porque é preciso que a gente também fale aqui que a verdade tem um dorso, tem uma coluna vertebral, e ela não pode ser anunciada de forma tão distorcida que pareça o contrário. Eu faço essa manifestação, neste momento, justamente por achar que a verdade precisa ser dita pelos principais meios aqui, neste estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense, queríamos, hoje, enaltecer o dia de ontem, nesta Casa, em que parte da comunidade de Santa Catarina esteve presente recebendo homenagens feitas pelos seus representantes, pela Assembleia Legislativa.

Nós que representamos a cidade de Canoinhas, tivemos a honra de homenagear o sr. Eraldo Carvalho, pessoa de 80 anos de idade, importante na região de Canoinhas, na nossa cidade, pessoa do bem, que tem a sua família muito bem estabelecida. Portanto, parabéns ao sr. Eraldo Carvalho e sua família!

Também quero me reportar ao dia 25 de novembro, o Dia Nacional de Doador Voluntário de Sangue, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde. Nós temos no Brasil o maior doador de sangue do mundo, *in memoriam*, o sr. Orestes Golanowski, e quero prestar a ele, à sua família, à família Adosarec, minhas homenagens. Parabéns Silmar Golanowski, que é o presidente da Adosarec, que continua tendo os seus quatro mil doadores. O planalto norte de Santa Catarina é a região de maior densidade de doadores de sangue do estado.

Numa doação de sangue se pensa em solidariedade, portanto, a responsabilidade de ser voluntário, de se doar, de salvar vidas é, sim, gratificante, e é importante para a sociedade ter pessoas que pensam, que agem, que dão o sangue para salvar vidas. Aos doadores de sangue do estado de Santa Catarina, aos doadores de sangue do planalto norte, da Adosarec, especialmente, a nossa homenagem pelo dia 25 de novembro, o Dia Nacional do Doador de Sangue.

Gostaria de ressaltar a importância também para o planalto norte da realização de transmissão de cargo do presidente da Associação Comercial de Canoinhas, realizada segunda-feira, à noite. Quero parabenizar a posse do engenheiro civil, sr.

Alfredo Lang, presidente da Acic, de Canoinhas. A ele também a nossa homenagem e os parabéns pela posse na noite de segunda-feira. Temos certeza que a referida associação, como órgão responsável também pelo crescimento e desenvolvimento da região, tem suas posições definidas e seus pleitos para o governo do estado.

Mas hoje estamos aqui para agradecer ao governador, Raimundo Colombo; ao vice-governador, Eduardo Pinho Moreira; ao presidente da Celesc, sr. Cleverton Siewert; às pessoas que trabalharam, aos vereadores; à comunidade de Papanduva e ao prefeito municipal de Canoinhas, Beto Farias, pela interferência para o setor elétrico.

Dia 8 de dezembro, às 10h, será realizada a inauguração da rede de transmissão de energia elétrica do município de Canoinhas para Papanduva.

Essa rede custou aos cofres da Celesc cerca de R\$ 30 milhões. Uma importante verba que foi transferida ao planalto norte e com essa rede de energia serão beneficiados os municípios de Canoinhas, Papanduva e Itaiópolis, Santa Terezinha, Monte Castelo, Major Vieira, enfim, os municípios da região.

O município de Itaiópolis contará com duas opções na rede elétrica: aquela já existente e a segunda opção por essa rede de transmissão, Canoinhas/Papanduva.

Quero dizer a todos que essa audiência pública realizada em Papanduva e em Canoinhas, objetivavam reivindicar melhores condições de energia elétrica no ano passado, inclusive estivemos, com os prefeitos, na Celesc para resolver o grande apagão que lá aconteceu no ano passado.

O planalto norte está começando pela base para melhorar a sua rede de energia elétrica, que é o primeiro sinal, o primeiro interesse de um empresário para instalar a sua indústria na região.

Temos também outra reivindicação do planalto norte, e essa é para o governo estadual, para que tenhamos um ICMS diferenciado, que tenhamos uma ação forte do governo em diminuição de impostos. O grande bolsão da BR-116 tem que ser ouvido, e me

refiro à pobreza, a falta de investimentos numa região sofrida e que precisa de uma atenção especial.

O litoral cresce de maneira esplendorosa, e queremos que continue assim, mas queremos que o governo olhe com carinho para o planalto norte porque todas as empresas que vêm a Santa Catarina querem ter porto, aeroporto, rodovias.

Nós estamos diante de um impasse, que a preocupação do governo do estado de Santa Catarina com o planalto norte. Temos certeza de que esse grande investimento da energia elétrica que lá acontece no dia 08 de dezembro tem, sim, o dedo do deputado Antônio Aguiar, pois fomos nós que encampamos essa bandeira e que levamos o problema à Celesc, levamos o problema ao governo do estado e vamos colher os frutos deste trabalho realizado há três anos, essa importante obra que está sendo realizada.

Portanto, o planalto norte está evoluindo porque para um empresário se estabelecer numa região a energia elétrica é vital. E é nesse viés, nesse sentido, que estamos pedindo que o sr. governador interfira com um decreto para que tenhamos a diminuição de impostos em nossa região.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, foi muito importante o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar pois o planalto norte precisa de investimentos. Participamos das audiências, inclusive da audiência proposta pelo deputado Antônio Aguiar, juntamente com a participação também do deputado Silvio Dreveck, na câmara de Canoinhas, por isso, parabenizo o deputado Antônio Aguiar e todas as lideranças do planalto norte por essa luta.

E com relação à subestação de Itaiópolis, de Papanduva, de Irineópolis, quero parabenizar o

Cleverson Siewert, presidente da Celesc, engenheiro, pessoa determinada; e também a luta do nosso querido companheiro deputado Antônio Aguiar, nas questões com relação à iluminação para o planalto norte.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de dizer, complementando a minha fala, que o prefeito de Irineópolis, para que a subestação seja construída, precisa resolver o problema do terreno. Eu fui cobrar do presidente da Celesc, que me disse isso.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabéns, deputado Antônio Aguiar. Eu entendo também que outro investimento importante para o planalto norte, para a região, é o traçado da Ferrovia do Frango, que vai sair da divisa, da fronteira com a Argentina, em Chapecó e Concórdia, passando por Caçador, por Porto União, Canoinhas e vindo até os portos de Itapoá e Itajaí. É importante esse traçado passar por essa região, pois com certeza vai trazer desenvolvimento.

E para a região do alto vale precisamos da duplicação da BR-470. São projetos importantes e que vão mudar a economia catarinense, a produção de riquezas de nosso estado. Nós sabemos do empenho do governador Raimundo Colombo por essas questões, o trabalho que ele tem feito, mas é claro que tendo ferrovia, rodovia e energia elétrica há condições de mais e maiores empresas se estabelecerem nessa região.

Eu estive sexta-feira no município de Canoinhas, conversei com os vereadores e entendo esses pleitos são importantes, mas é preciso ter a mobilização da comunidade. Também falei com os vereadores Osmar Oleskovicz, com o Wilmar Sudoski e com o Célio Galeski, que estavam presentes na reunião que participamos juntamente com outras lideranças, e quero registrar dois fatos. Primeiramente, a promoção que a Polícia militar fez de oficiais e praças no dia de ontem, uma valorização, um reconhecimento, uma motivação, eu

sei o que isso representa para a carreira do servidor público, seja o servidor professor, policial militar, policial civil, a promoção é sempre importante.

E ontem, tivemos uma solenidade no Centro de Ensino da Polícia Militar, e quero deixar o nosso reconhecimento ao governador Raimundo Colombo, que incentiva essas promoções e que esteve presente na solenidade, juntamente com o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira; com o secretário de Segurança Pública, César Grubba; com o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Valdemir Cabral, todos empenhados nessas promoções.

Então, a promoção e a inclusão de novos policiais é muito importante, e o governo do estado tem feito sua parte, dado condições mesmo diante de todas as dificuldades de lei de responsabilidade fiscal, autorizando a inclusão de novos policiais militares.

A Polícia Civil, infelizmente está parada, tanto na questão da inclusão, quanto na questão das promoções. Acompanhamos a reclamação dos policiais, do próprio sindicato em todos os locais. Então, a Polícia Civil precisa agilizar essas questões, e acho que está faltando dinamismo para que efetivamente se faça justiça com a classe.

Hoje vou participar do Fórum de Segurança Pública, como presidente da comissão de Segurança Pública, logo mais às 18h30, na Câmara dos Dirigentes Lojistas, a CDL, de Balneário Camboriú. Teremos mais uma audiência, como todos os anos, com a classe empresarial, a comunidade, os Consegs que se reúnem para saber como será a operação veraneio.

Quero ressaltar as atividades do advogado dr. Valdir de Andrade, que tem feito um trabalho brilhante há mais de dez anos à frente dos Consegs de Balneário Camboriú. E hoje teremos mais essa reunião, como todos os anos, para que os comandos das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros expliquem como estão as condições para a temporada de verão, que inicia dia 15 de dezembro, e quais os reforços estão faltando para que as

entidades e a classe política possa ajudar na mobilização, na cobrança para que realmente todo nosso litoral tenha segurança nessa temporada.

Em Balneário Camboriú esse evento também tem a participação, a mobilização do vereador Pedro Francês, do Tigrão e da Rádio Menina, Canal 100, que muito tem cobrado, divulgado as boas ações e as necessidades para melhorar a segurança.

Mas temos visto todo empenho do governador Raimundo Colombo em dar condições, autorizando concursos e promoções, enfim, valorizando além do projeto salarial que foi o do subsídio, aprovado no ano passado, que era uma reivindicação de longa data das categorias da Segurança Pública, já que grande parte da remuneração é composta por hora extra e adicional noturno e o policial quando tirava férias, ficava doente ou se aposentava perdia esses valores. E o projeto de subsídio, encaminhado pelo governador do estado, que corrigiu essa distorção foi aprovado por esta Casa.

Então, quero ressaltar e renovar o nosso compromisso de estar presente hoje no Fórum de Segurança Pública, em Balneário Camboriú para discutir com a comunidade, com os Consegs, com a classe empresarial e com a imprensa, os assuntos da segurança para que possam, os organismos de segurança, dizer o que está sendo feito para que tenhamos mais uma operação veraneio tranquila.

Santa Catarina tem sido escolhido como destino turístico preferido, em nível de Brasil, por suas belezas, pela organização, pelo seu povo e também pela segurança pública que o turista aqui encontra.

Assim sendo, a segurança é fator também importante para o desenvolvimento econômico do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PT.

Peço ao deputado Manoel Mota que assuma o comando da Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de aproveitar o espaço do Partido dos Trabalhadores desta tarde para trazer aqui presente dados referentes ao contexto, à conjuntura estadual e nacional no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Para nós, que somos parte integrante desta sociedade e que pudemos constatar que houve uma evolução com aqueles que menos condições têm, que vivem às margens da pobreza e que têm, ao mesmo tempo, menos oportunidade, menos acessos, ou seja, que conseguiram evoluir socialmente desse contexto e dessa situação, é algo extremamente louvável e positivo. E isso é importante para todas as classes sociais.

Bom seria, nos dizeres bíblicos, se na face da sociedade todas as pessoas estivessem com uma vida digna e justa, eliminando da sociedade a pobreza, as injustiças, a fome e miséria. E nós temos uma condição diferenciada no que diz respeito às pessoas, aos seres humanos.

O último levantamento do IDH aponta que houve uma redução daqueles que mais ganham com aqueles que menos ganham. Mas, felizmente, houve uma melhor condição daqueles que menos ganham, daqueles que estão situados nas margens da pobreza e que estão mergulhados numa situação de desprovimento social. E o IDH aponta que houve uma evolução e uma diminuição da distância entre os dois polos. E o que é bom é que houve um crescimento daqueles que estão numa situação piorada: diminuiu a diferença no país de 22.1% para 10.3%, entre os anos de 2000 a 2010.

Então, esta redução, essa diferença eleva especificamente aqueles que estão enquadrados nos que menos ganham, sendo que o Índice de Desenvolvimento Humano é medido dentro das áreas

metropolitanas dos diferentes estados da nossa federação baseado, basicamente, em três situações: o tempo de vida, a questão da vida longa e saudável, que trata da longevidade; o acesso à educação, ao conhecimento; e à questão da renda.

(Passa a ler.)

"O Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras foi divulgado no dia de ontem, elaborado por responsáveis do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud -, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea - e a Fundação João Pinheiro.

Segundo a pesquisa O IDHM vai de 0 a 1: quanto mais próximo do zero, pior o desenvolvimento humano, quanto mais se aproxima de um, melhor.

Em 2000, Manaus obteve o pior índice e São Paulo, o melhor, mas a disparidade entre as duas regiões metropolitanas foi reduzida.

Em uma década a região paulista cresceu 11.2% e chegou ao IDHM de 0,794. Manaus teve o maior crescimento do país no período, 23%, foi o índice de 0,585, classificado como baixo, para 0,720, faixa alta.

As outras 14 regiões metropolitanas analisadas no Atlas tinham pontuação entre 0,6 e 0,699 em 2000, considerada média.

Em 2010, todas as capitais cresceram e passaram a ter índice entre 0,7 e 0,799, classificadas como alta.

Atualmente, Manaus, que tem o menor IDHM, tem índice 3,15% maior do que tinha Curitiba em 2000, quando a capital paranaense ocupava a 2ª melhor posição no *ranking*, ou seja, Manaus cresceu significativamente nesta década.

De acordo com o levantamento, a expectativa de vida ao nascer varia, em média, 12 anos dentro das regiões metropolitanas.

O melhor índice corresponde hoje a 82 anos e a menor expectativa de vida foi de 67 anos.

Portanto, no que diz respeito à longevidade, temos também um apontamento positivo quanto às pessoas que vivem numa condição diferenciada e melhor também prolongando o seu tempo de vida.

Na análise dentro de cada região a desigualdade da renda *per capita* média mensal nas principais capitais do país continua grande e a diferença salarial entre os segmentos mais abastados e os mais carentes em uma mesma região metropolitana chega a 39 vezes dentro de São Paulo e 47 vezes na região metropolitana de Manaus.

Portanto, acredito que os dados ou os índices apontam uma educação melhor, uma renda melhor e prolongamento da vida. Acho que tudo isso é importante numa sociedade que busca melhor condição de vida na sua caminhada.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Manoel Mota que estava presidindo esta sessão há poucos instantes, pois agora assume novamente o deputado Padre Pedro Baldissera.

O assunto que me traz a esta tribuna é a sessão solene que tivemos ontem à noite. Foi uma oportunidade em que os 40 deputados aqui homenagearam cada qual o seu ou a sua entidade, instituição, pessoa física ou jurídica. A sessão foi conduzida de forma muito brilhante, com a participação de muitas pessoas que aqui vieram no dia de ontem.

Eu tive a oportunidade ímpar de homenagear a universidade da região de Joinville, a Univille, que também tem *campus* em São Bento do Sul, e foi por conta das manifestações que ocorreram lá em São Bento do Sul que nos lembramos de fazer esta justa e meritória homenagem àquela universidade que tem *campus* em Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, hoje, com mais de 40 cursos de graduação, inclusive com pós-graduação. Tive a oportunidade também de ser acadêmico daquela universidade nos anos 1985 a 1988. Depois fiz pós-

graduação na Univille, juntamente com o Instituto Superior de Pós-Graduação, ISPG, de Curitiba, ligado à Universidade Federal do Paraná.

Portanto, fiz uma pós-graduação com professores de alto nível e aprendi muito. Por coincidência, no ano em que fui candidato a prefeito em São Bento do Sul, em 1996, aprendi muito com o módulo de Marketing, e inclusive utilizei na campanha daquele ano, até porque tive a oportunidade de ter como professor o reitor da Universidade do Paraná.

Então, a universidade me deu, em primeiro lugar, para a minha vida pessoal, profissional e para a minha carreira política, um aprendizado muito bom que consegui compartilhar com outros colegas e até consegui avançar na empresa em que trabalhava, a Condor. E depois, como já disse, me ajudou muito na administração pública de São Bento do Sul, principalmente como prefeito.

Além de ter uma passagem pessoal pela universidade como acadêmico, como aluno de pós-graduação, tive a oportunidade, como prefeito, de participar ativamente da implantação do campus em São Bento do Sul, que foi inaugurado em 1998. E para a nossa região a universidade foi de fundamental importância por muitas razões. Primeiramente porque muitos jovens que se deslocavam de São Bento do Sul para outras regiões puderam estudar na sua cidade, facilitando a vida de muitos jovens e adultos, ajudou-os a progredir na sua vida profissional, agregando conhecimento, melhorando seu poder aquisitivo através da remuneração.

Isso foi e é importante também para as empresas, para as indústrias, enfim, para a prestação de serviços, porque certamente as pessoas evoluíram. O conhecimento fez com que agregassem conhecimento e produtividade de diminuição de custos por conta do conhecimento que as pessoas utilizam nessas empresas através da universidade. Isso foi importante para São Bento do Sul, para a região do planalto norte e para o estado de Santa Catarina.

Portanto, durante esses 60 anos em que a universidade vem atuando foram extremamente relevantes e queremos render as nossas homenagens aos ex-reitores, à atual reitora, Sandra Furlan, aos professores e professoras, aos colaboradores da universidade que levam o conhecimento à gente catarinense.

Meus cumprimentos a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Vou falar bem rápido pela brevidade do tempo que tenho à disposição. Já me inscrevi para falar inclusive depois, em Explicação Pessoal, para poder desenvolver melhor o tema em particular da questão ligada às mulheres, mas queria mencionar duas moções que apresento hoje.

A primeira diz respeito à rodovia SC-435 que faz a ligação entre a BR-282 e os municípios de São Bonifácio, São Martin, Armazém e Gravatal. Pediria que disponibilizassem as imagens que mostram como a rodovia está em situação precária de tráfego, apresentando muitos buracos. Vemos a ausência de capeamento asfáltico, desmoronamento de terra sobre a pista, especialmente no primeiro trecho, entre a BR e São Bonifácio. Todas as imagens são ilustrativas da situação que aquele município vive.

Trata-se de uma via de bastante importância particularmente para as pessoas que moram em São Bonifácio, porque dá acesso à BR-282 e estamos hoje apresentando esta moção, pedindo providências urgentes para recapeamento asfáltico e contenção da barreira da rodovia SC-435, no trecho que liga a BR-282 ao município de São Bonifácio.

Também apresento hoje, nesta Casa, uma moção que trata do Projeto de Lei n. 2.245/2007, que tramita na Câmara dos Deputados e que tem no seu

bojo a regulamentação do exercício das profissões de tecnólogos que pela proposta passará a ser privativa dos diplomados em curso superior de tecnologia assim reconhecidos oficialmente.

Essa nossa proposição busca estimular a qualificação dos profissionais no país ao mesmo tempo em que beneficia consideravelmente o contingente de brasileiros que investiram tempo e dinheiro em curso de tecnologia e não tiveram suas profissões reconhecidas. Também o aumento do número de empregos e dos salários no país crescendo acima da média internacional requerem mão de obra qualificada disponível para o mercado nacional.

Muitas vezes os tecnólogos ainda não encontram o campo de trabalho definido como é preciso e possível fazer através do Projeto de Lei n. 2.245, de 2007, que tramita na Câmara de Deputados.

Esta Assembleia Legislativa já teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema. Trago novamente à discussão esse assunto na moção que logo será votada aqui na Casa dada a importância que tem e a possibilidade desses jovens terem acesso ao mercado de trabalho.

O Brasil cresceu, distribuiu renda e com isso temos um *déficit* gigantesco de profissionais, por exemplo, na área de engenharia, e que podemos suprir em alguns graus de trabalho. E poderemos suprir essa falta que o mercado tem com os profissionais tecnólogos. Volto a dizer que em Santa Catarina o IFSC tem sido pioneiro em formar grandes profissionais.

Também, quero mencionar ainda o desejo de logo mais iniciar aqui uma conversa sobre o momento que vivemos agora, que são os 16 dias de ativismo pelos direitos humanos, que vive várias datas importantes entre as quais o dia 25, o Dia Internacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

Nosso estado de Santa de Catarina, um estado de excelência, um estado de qualidade de vida, é um estado que, profundamente, violenta nossas mulheres, porque somos o estado que tem a menor participação política de mulheres no país. Nós

vivemos num estado que tem a maior desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil. Nós somos o terceiro estado, em número de estupros, no país, proporcionalmente. E, além disso, vivemos numa situação ainda de um grande desamparo no estado, nas políticas públicas de estado, acerca do enfrentamento da violência contra as mulheres. Sempre lembrando que a violência contra as mulheres é também mãe de outras violências, porque quem cresce num ambiente violento tende a também reproduzir em outros momentos da sua vida essa violência, por isso a importância desse tema ao qual retorei logo mais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimentamos de forma especial o deputado Gilmar Knaesel e saudamos todos os catarinenses que nos visitam.

Queria destacar, hoje, três coisas importantes. Em primeiro lugar, a questão do saneamento. A questão da água, pois hoje os serviços municipais de fornecimento de água, fazem a captação em grandes mananciais. Por exemplo, lá em Brusque, o rio Itajaí-Mirim depois de percorrer 80km, 90km, sinuosamente, entre as montanhas, ele circula, nesse tempo todo, em Vidal Ramos, Leoberto Leal, Presidente Nereu, onde muitos produtores rurais usam inseticidas e muitos produtos que produzem alteração celular, produto que quando passado num arbusto, numa erva, ela morre, porque o mecanismo de ação de alguns deles promove alteração celular e impede a brotação de uma determinada árvore ou mata algumas ervas. E isso é usado em vez de se capinar, de se roçar, hoje, na agricultura. Hoje se passa o veneno e depois de passá-lo se planta e se faz o plantio

direto. Esse produto para a agricultura é uma beleza, porque não precisa arar a terra, não precisa ficar capinando várias vezes a terra, inclusive, passa-se muitas vezes o mesmo veneno que atinge a planta do milho, que nesse produto não faz nada, mas os outros arbustos morrem. Aqueles venenos são extremamente danosos para a saúde das pessoas.

Então, ontem, falando com Enori Barbieri, que é o presidente da Cidasc, comentávamos sobre a questão da adulteração do leite, de colocação de amônia, da colocação de alguns produtos para a não alterar o PH. Mas, na verdade, naquele leite tem mais água, então, vende-se água por um bom preço. E muita gente está preocupada com a saúde e com o produto que não é aquele que se compra.

Mas gostaria de chamar a atenção que, na verdade, a água adicionada ao leite, provavelmente, é muito pior do que aquele produto que é adicionado a ele para manter o ph e parecer que é leite puro. E essas águas todas que nós tomamos, na sua grande maioria, são recolhidas de grandes rios com esses produtos que promovem a alteração celular, que pode significar um câncer de fígado, de pulmão, de intestino, uma leucemia, enfim uma série de doenças que, seguramente, decorrem da água, porque captamos a água, achamos que está transparente, límpida e pura.

Achamos que em Itajaí, por exemplo, a captação da água está, há mais ou menos três ou quatro quilômetros do mar, porque se estiver mais próxima a salinidade da água vai ionizá-la, dar choque e queimar os chuveiros. Mas, não fosse a queima do chuveiro, certamente, a água do mar seria muito mais saudável do que a água do rio Itajaí-Mirim e do rio Itajaí-Açú na sua foz, que carregam ali, com certeza, todos os produtos, todos os venenos usados na agricultura que são colocados pouco a pouco nas pastagens, tanto no rio Itajaí-Mirim quanto no rio Itajaí-Açú, mais de 200km de extensão que vai chegando um pouquinho para todo mundo tomar aquela água com veneno, que com certeza, continua na água, ele não saiu com o

processo de purificação que se usa nos nossos Samaes.

Então, infelizmente, essa é a água que todos nós tomamos e não vejo nenhuma iniciativa, até agora, por parte dos serviços municipais, de colher as águas nas suas fontes, de coibir a compra de áreas que ficam em áreas de preservação ambiental onde não tenha ninguém morando e onde ninguém tenha nenhuma atividade agrícola, pois estamos contaminando a água, não de bactérias, porque essas nós damos jeito, mas, principalmente, de venenos que promovem a alteração celular e que significa uma alteração que pode causar o câncer.

Ontem nós homenageamos aqui uma empresa chamada Recycle, que em 1993 iniciou, em Brusque, o recolhimento de entulhos que eram colocados nas cidades, porque em 1990, 1991 até 1994, mais ou menos, as pessoas faziam limpezas nos jardins e colocavam em cima da calçada, para fora e não avisavam a prefeitura, que tinha que adivinhar que naquela rua alguém tinha colocado entulhos.

Na ocasião eu era vice-prefeito e passamos a fiscalizar as pessoas que faziam limpeza nos jardins, que botavam uma poltrona velha para fora da casa, na calçada. A partir daí, uma empresa chamada Recycle passou a recolher esses entulhos. Essa empresa foi uma das primeiras em Santa Catarina que passou a fazer a coleta como se fosse a prefeitura, como se fosse uma agência reguladora, mas quem pagava mesmo eram os moradores em um carnê mensal para que a empresa desse então o destino àqueles produtos, ao lixo.

E hoje essa mesma empresa atende mais de 20 municípios como São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Navegantes, parte de Itajaí e Brusque. São mais de 700 toneladas de lixo orgânico, de lixo doméstico e uma grande parte desse lixo é reaproveitado. Os metais, as madeiras, os plásticos, os vidros, tudo isso é pré-selecionado e daquelas 700 toneladas de lixo, aproximadamente, 90 a 95% do lixo total é selecionado, revendido e reaproveitado. Metal, vidro e a madeira vai para fazer cavaco para a caldeira, enfim, o plástico para o

reaproveitamento. E lá, de 5, 7, 8, a 10%, no máximo, são sepultados em um aterro especial. E esse aterro especial vai ainda produzindo gás e que agora em breve essa mesma empresa de coleta de lixo vai aproveitar o gás colocando ali uma usina geradora de energia elétrica através do gás.

Então aqui é muito justa a homenagem que ontem a Assembleia Legislativa prestou a esta empresa com mais de 450 funcionários, mas que presta um serviço de depuração ambiental e ainda um aproveitamento de todo esse material que, em alguns lugares, são colocados nos lixões, que constitui uma verdadeira vergonha nesse estado de Santa Catarina que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados.

Sr. presidente, quero fazer alguns registros, nesta tarde, que reputo importantes.

O PIB Brasil é carregado nos tapetes pretos de sul a norte, de leste a oeste pelo transporte de cargas.

O Brasil está com uma dívida muito grande com relação à recuperação das rodovias. E a nossa rodovia está demorando mais de dez anos para fazer 348km. Lá para o norte/nordeste as estradas que foram feitas, hoje, tem mais buraco do que asfalto, ocasionando muitos pneus furados, cortados, estourados, e é o caminhoneiro que paga a conta. Caminhoneiro é o homem que mais trabalha neste país. Podem fazer pesquisa.

O caminhoneiro quando não trabalha nada, quando é meio dorminhoco, viaja 12h por dia, quando ele é médio, faz 16h por dia de trabalho.

E quando o caminhoneiro não é muito trabalhador, fazendo a conta, ele dorme apenas 4h, 5h ou 6h por dia, são 18h de trabalho por dia, é

assim a vida do caminhoneiro. Ele carrega a riqueza do país! Hoje só essa categoria pode parar o país sem fazer greve, porque se o caminhoneiro encostar o caminhão na frente de casa e parar dez dias, com certeza, o Brasil vai parar, pois ele é que transporta todos os produtos, a matéria-prima do país. E por que o país para? Porque não temos transporte ferroviário. Hoje tudo está em cima dos tapetes pretos, tudo que é carregado pelos caminhões é transportado em rodovias.

E sabemos disse perfeitamente, porque antes o caminhão era truck; depois, carreta três eixos; após, caminhão bitrem; e agora temos o caminhão que carrega até 60 toneladas. Isso tudo porque o caminhoneiro não consegue sobreviver se não transportar uma carga maior. As empresas vão aumentando a capacidade de transporte do caminhão para faturar mais e conseguir sobreviver. A dificuldade é muito grande, mas este é o país em que vivemos, que precisa ter equilíbrio nessa questão, precisa ter parâmetro de trabalho.

Fizeram um decreto dizendo que o caminhoneiro só pode trabalhar 8h por dia, só que esqueceram, não se deram conta onde o caminhão teria que parar, não fizeram paradas para os caminhões, e os caminhoneiros são obrigados a encostar os caminhões nos postos que, às vezes, dizem não. E esses caminhões vão abastecer onde não conseguem estacionar. Eu quero dizer que é feito tudo sem planejamento.

Foi isso que aconteceu com a BR-101 quando foi licitada. Será que nasceu a Lagoa Santo Antônio, em Laguna, após planejarem a construção da BR-101? Depois de começar a obra da BR-101, após nove anos, quando foram fazer a licitação da ponte em Laguna, tiveram que fazer mais uma licitação. Será que não deveriam ter sido planejada e licitada a obra inteira? Será que não sabiam que no Morro dos Cavalos havia um túnel? Sequer o projeto de engenharia está concluído. E graças ao trabalho de um gigante desta Casa, do deputado Reno Caramori, que também participou muito dessa luta, nós ganhamos na Justiça e, com a ajuda do governador Raimundo Colombo, conseguimos fazer a obra da

quarta pista no Morro dos Cavalos para que não tivesse mais 30km, 40km, 50km de fila, de congestionamento todos os dias. Os motoristas ficam irritados, estressados e aí acontece o veneno dos acidentes que ocorrem cada vez mais.

E temos também o Morro do Formigão que licitaram para fazer o túnel. Mas agora os motoristas vão passar por onde? Não tem a segunda ponte no Morro do Formigão, pois agora dinamitaram a ponte velha para começar a ponte nova. É um negócio que não se consegue digerir, é difícil, é a falta de planejamento. Ou será que é feito tudo de propósito para poderem licitar mais vezes, para haver mais divisões, enfim, alguma coisa acontece.

Eu não acredito que um país como o nosso não tenha uma equipe de planejamento para diminuir os custos de cada obra, porque cada obra no mínimo custa o dobro do valor depois de pronta. Essas rodovias estão uma loucura, é preciso planejar. Tudo tem um começo, mas também tem um fim. Não há gordura que resista a uma ação que não tenha planejamento.

E agora estamos vivendo esses momentos de incerteza, mas vivi no tempo que de Araranguá a Curitiba não havia um quilômetro sequer de asfalto, era tudo chão. Viajei muito e tenho orgulho de dizer que fui caminhoneiro, tive transportadora com vários caminhões. E por que quando fui prefeito municipal de Araranguá criei o evento Arrancadão de Caminhões? Porque conhecia a capacidade, a habilidade, a visão de um caminhoneiro.

Então, pensei em criar alguma coisa para valorizar o motorista profissional, para que ele pudesse mostrar a sua capacidade, habilidade, sua destreza nas areias do quilômetro de arrancada. Faz 30 anos que criamos essa festa. Há quatro anos ela não acontece mais, e foi realizada por 26 anos.

Logo que iniciou se transformou no maior evento de Santa Catarina; depois passou a ser o maior evento na categoria no Brasil, pois há vários encontros como esse pelo Brasil afora, como em Aparecida do Norte; em Caxias do Sul, a Festa

do Caminhoneiro etc. Todos os encontros são grandes, mas nenhum parecido e nem com a emoção do nosso Quilômetro de Arrancada. Na época foi realizada em Arroio do Silva, que distrito de Araranguá, e hoje é Balneário Arroio do Silva.

Foram 26 anos de festa, mostrando o profissional do caminhão. Os motoristas ficavam o ano inteiro na estrada lembrando que chegaria o mês de março e poderiam participar da festa durante três dias, para mostrar o que representa um caminhoneiro e o transporte.

No início as pessoas vinham me dizer que a festa era um sucesso, era grande porque era no verão, que por causa dos turistas participavam de 100 mil a 150 mil, pois era realizada no mês de fevereiro. Depois passamos para o mês de março e continuou a ser o mesmo sucesso, ou melhor, ao invés de diminuir o público aumentou. Isso mostra que o motorista profissional, o caminhoneiro, as empresas de transportes também gostam de investir, de ser valorizados, de buscar alternativas e fazer uma festa como essa que promovemos.

De repente, depois de 26 anos houve o episódio da morte do maior piloto campeão profissional de Fórmula Truck, um dos melhores pilotos da arrancada de caminhão, com vários títulos de campeão. Ele deve ter levado para Curitiba uns quatro carros, porque na nossa época o prêmio era um automóvel. Ele morava em Ilhota, perto de Blumenau e dizia que aquela pista era a vida dele, que quando estava correndo se sentia o maior e o melhor homem do mundo, porque a pista era dele. E ele morreu como campeão. Morreu depois de passar a chegada, os sinais fecharam e ele tombou o carro dali para frente. Não se sabe exatamente o que aconteceu. Mas foi um episódio, um acontecimento muito triste. E foi o único acidente que ocorreu nesses 26 anos dessa corrida.

E ontem o prefeito de Balneário Arroio do Silva, Evandro Scaini, realizou uma audiência pública para saber se a população, se todos queriam continuar fazer a corrida de caminhão em razão daquela situação que ocorreu semana passada. E para alegria do próprio Edson Beber, que morreu,

o que ele mais gostava foi aprovado praticamente por unanimidade em uma audiência pública, ou seja, a continuidade ao maior evento hoje do mundo, que é esse encontro em março dos caminhoneiros em Araranguá nesse quilômetro de arrancada.

Então, vamos organizar cada vez mais esse evento, o que o prefeito já está fazendo, vamos proteger cada vez mais o motorista, colocar mais segurança, mas a população optou para continuar valorizando os homens da estrada que carregam as riquezas deste país, que carregam o PIB deste país nos tapetões pretos. Eles vão continuar sendo valorizados podendo se apresentar naquele dia especial, que é o Quilômetro de Arrancada de Caminhão.

Mas essas grandes festas, de repente, esses grandes eventos podem desaparecer de uma hora para outra, porque se numa audiência pública a maioria dissesse que não queria mais isso, teriam terminado o maior evento do Brasil hoje, que é a festa dos caminhoneiros do país.

Quero parabenizar o prefeito de Balneário Arroio do Silva, Evandro Scaini, os vereadores, toda a organização da audiência pública, o Ministério Público, toda a sociedade, todos os caminhoneiros de transporte de carga que num consenso, numa visão deram continuidade a uma das maiores festas da história deste país que vai continuar tendo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, sr. presidente e srs. deputados que estão na Casa e aqueles que nos acompanham.

Eu quero cumprimentar, de forma muito carinhosa, os vereadores que passaram pelo meu gabinete hoje Rogério Medeiros, de Laguna; Tuti, de Timbó, e o vereador Lucas Esmeraldino, de Tubarão, que nos acompanha nesta sessão, como

também o secretário da Assistência Social, do município de Blumenau, Valdecir Mengarda, que está acompanhado de técnicos. É uma satisfação rever amigos daquela secretaria, quando por dois anos também comandamos a secretaria municipal da Criança e do Adolescente, em Blumenau.

Sr. presidente e srs. deputados, temos buscado percorrer o estado de Santa Catarina, após as eleições, na chamada Rota da Gratidão, dando palestras, ouvindo a comunidade e conversando com empresários, com trabalhadores e, claro, deputado Neodi Saretta, que a grande pergunta das últimas semanas foi de quem seria o próximo secretário da Fazenda.

Pelo menos nas minhas conversas, deputado Serafim Venzon, pelos municípios por onde passei, essa era a grande indagação. E finalmente a fumaça saiu, o secretário da Fazenda parece-nos que será de fato Joaquim Levi, que irá comandar a pasta, Nelson Barbosa, que ocupará a secretaria do Planejamento, dando-se continuidade a Alexandre Tombini, no Banco Central.

E quando falamos em economia, deputado padre Pedro Baldissera, v.exa. falava aqui do IDH, de questões ligadas ao desenvolvimento humano e social em todo o país, traçando inclusive paralelos com Santa Catarina, é claro que tudo passa pelo viés da economia. Os tempos são outros, expansão do consumo, acesso geral ao crédito, gastança desordenada até recentemente como parte da nossa política econômica, passam a dar lugar a uma perspectiva mais rigorosa nas contas públicas, sobretudo quando vejo esses nomes indicados pela presidente Dilma Rousseff, não há dúvida de que há uma certa, como dizem os técnicos, ortodoxia econômica. Lembro-me dos velhos tempos do curso de Administração e de Economia. Não há dúvida de que há muita coisa a fazer: superávit fiscal; inflação na meta de 4.5; e o câmbio flutuante que vão certamente guiar os eixos deste novo comando da economia brasileira.

E ao cidadão comum essa é a pergunta que nos fazem não é? Como fazer para rearrumar o orçamento de 2015 e dar credibilidade, transparência a

economia brasileira e aos investidores? É claro que isso é uma tarefa hercúlea, enorme. Uma tarefa para superdotados.

Eu estava acompanhando a coluna do jornalista Galdêncio Torquato, que traz algumas coisas interessantes sobre esses nomes, que rapidamente eu abro para as discussões nessa tarde, como por exemplo:

(Passa a ler.)

"A nomeação do Joaquim Levy para o ministério da Fazenda significa o fim do que se chamou de nova matriz econômica, dos governos petistas, representada por expansão fiscal, redução dos juros e câmbio desvalorizado de forma artificial. Está claro que isso não funcionou muito bem, mas pelo menos a presidente Dilma se convenceu, acho que teve tempo aí depois das eleições para refletir e resolveu mudar, mesmo contrariando setores importantes do Partido dos Trabalhadores.

E a primeira tarefa, sem dúvida, para esses novos comandantes da economia brasileira será a de tornar viável a política fiscal para 2015, pois cortar gastos é sempre impopular. Mas o governo não tem saída se quiser controlar suas contas. Há algumas medidas na mira, como: aumento do número de meses trabalhados para pagamento de abono salarial; a realização do curso de qualificação logo nos primeiros pedidos de seguro desemprego e o aumento de contribuição para ter acesso à pensão por morte.

O Joaquim Levy é do ramo. Foi secretário do tesouro no governo Lula e controlava o cofre do governo com mãos de ferro, mas não servia aos interesses de outro grupo da equipe econômica da época do ex-presidente, que queria desengavetar projetos, ampliar investimentos e programas sociais. E o líder desse grupo na época era a presidente Dilma Rousseff, nomeada ministra da Casa Civil, o resultado foi que Guido Mantega substituiu Antônio Palocci, que desembarcou do governo junto com seu secretário do Tesouro, Joaquim Levy, em 2006, e que agora sobe para ser o novo ministro da Fazenda.

Vi também o currículo de Nelson Barbosa, que é PhD em economia, pela New School, de Nova York e que alongou seu perfil nos governos do PT. Começou em 2003, como chefe-adjunto da assessoria econômica do Planejamento na gestão Guido Mantega. Foi apeado do governo como secretário executivo do Ministério da Fazenda em maio de 2013 na gestão de Guido Mantega e agora sobe novamente para um espaço mais alto.

Ele defendia na época transparência nas contas públicas, mesmo se bater de frente com os defensores da contabilidade criativa. Para ele, tudo bem com o superávit primário mais enxuto, desde que feito de forma gradual e às claras.

E o outro convocado para comandar a economia do país, Alexandre Tombini, já mais conhecido de todos nós, assumiu a presidência do Banco Central há quatro anos com a missão de domar a inflação que ultrapassou o teto da meta 6.5% e que continua em sua trajetória para o alto. Funcionário de carreira, com sólida formação econômica e agora com dois nomes de peso na condução da política econômica, as possibilidades de sucesso são maiores, talvez não em curto prazo."

Mas o que de fato fica de todas essas colocações e desta rápida ilação que faço no tempo do PSD, nesta tarde, é que olhando para o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, certos gastos frouxos acabaram também atrapalhando um pouquinho a economia do país e com outra ironia.

Se novos rumos derem certos e se a rota da fortuna voltar a funcionar com receituário da direita, o PT pode afastar o seu caminho rumo ao projeto de se manter no poder, balançando do socialismo para o liberalismo, e aí eu lembro um velho ditado: Dinheiro não tem ideologia! Já dizia François Mitterand, na década de 80: "Socialismo é como violino, toma-se com a esquerda e toca-se com a direita." Sei que o comandante, deputado Sargento Amauri Soares, não concorda, mas foi o Mitterand quem disse. Vamos ver no que dá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência faz um apelo aos parlamentares que estão em seus gabinetes para que se dirijam ao Plenário, tendo em vista que temos hoje matérias que precisam de quórum qualificado para serem votadas.

Portanto, insistimos para que os parlamentares que estão na Casa venham ao plenário para que possamos deliberar sobre essas matérias como, por exemplo, o projeto de Lei complementar que necessita de quórum qualificado para ser apreciado.

Deputado Romildo Titon, neste momento passo a v. exa. a condução dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Vamos iniciar a Ordem do Dia, deixando a lei complementar para o final, enquanto aguardamos os srs. deputados.

Passaremos à Ordem do Dia!

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0003/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0017/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0019/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.: 0024/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.: 0115/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.: 0123/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.: 0148/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.: 0298/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0180/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública o Centro de Tratamento de Adiquições - CTRAD -, com sede no município de Içara.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0193/2014, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Surf (Fecasurf), do município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável de comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0235/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Biguá-Açu, de Biguaçu.

Conta com parecer favorável de comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0246/2014, de autoria do deputado Paulo França, que declara de utilidade pública a Academia Alcantarense de Letras, de São Pedro de Alcântara.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0278/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que declara de utilidade pública a Cáritas Diocesana de Caçador, com sede no município de Caçador.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0252/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui o Dia Estadual da Consciência Jovem, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0005/2014, de autoria da Mesa Diretora, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 20 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para possibilitar a organização de representação feminina em Bancada.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Comunicamos que não há quorum qualificado para a apreciação dos projetos de lei complementar, que ficarão para a próxima semana.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 466, de autoria do deputado Kennedy Nunes e outros; 467 e 468, de autoria da deputada Angela Albino; 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 477, de autoria do deputado Neodi Saretta; 478, de autoria do deputado Darci de Matos e 479, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0842, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0843, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0844, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0845, 0846, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0847 e 0854, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0848, de autoria do deputado Darci de Matos; 0849, 0850, 0851, 0852, 0853, de autoria do deputado Carlos Chiodini e 0855, de autoria do deputado Jailson Lima.

Moção n. 0094/2014, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro da

Justiça, apelando por providências urgentes, visando promover uma reunião conjunta com representantes do Ibama, Funai, ANTT e do Ministério da Justiça, com o objetivo de liberar as licenças para o início das obras do contorno viário da Grande Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0095/2014, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando por providências para alterar o inciso III, do art. 158 da Constituição Federal, para aumentar em 3% o repasse aos municípios do produto da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seus territórios, elevando para um total de 53%.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0096/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando por providências para alterar o inciso III, do art. 158, da Constituição Federal, para aumentar em 3% o repasse do IPVA aos municípios, elevando o total para 53%.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0097/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela aprovação do Projeto de Lei n. 3.590/2012, que institui a impressão obrigatória do aviso "se beber, não dirija", nos rótulos de bebidas alcoólicas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0098/2014, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, manifestando apoio para a tramitação em regime de urgência e aprovação do projeto de lei que regulamenta a profissão de tecnólogo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Ismael dos Santos, concedemos a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

(Pausa)

Com a desistência da deputada Angela Albino, com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, concedemos a palavra ao deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, acompanhamos recentemente o episódio que envolveu a Câmara Municipal de Florianópolis, alguns vereadores; também o Ipuf, não como instituição, mas alguns funcionários do instituto.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que acompanhou a questão da Operação Ave de Rapina sabe que foram envolvidos funcionários da Câmara e até guardas municipais, no que diz respeito ao sistema de controle de trânsito eletrônico aqui da capital.

E eu tenho uma preocupação muito grande com essas empresas que prestam serviço ao poder público municipal, principalmente no que se refere ao sistema de vigilância eletrônica, às multas. Essas empresas, na minha maneira de ver, não poderiam receber o percentual das multas, porque é aí que está a malandragem.

Ainda acho que esta Casa, sr. presidente, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, poderia dar uma olhada com carinho no que diz respeito às estradas que são gerenciadas pelo DNIT em Santa Catarina.

Eu transito muito pela BR-282, de Florianópolis a Lages, e deve ter mais de 40 câmeras filmando as altas velocidades dos automóveis, mas não há um critério que justifique a mudança de 80km para 60km, de 60km para 40km. Parece que o sistema lá, deputada Dirce Heiderscheidt, é semelhante ao sistema implantado em Florianópolis, ou seja, tem malandragem. Não há como não ter, porque as empresas, deputado Valmir Comin, recebem um percentual das multas que o cidadão, que o motorista paga ao poder público. Eu acho que não deveria ser assim. Você contrata uma

empresa, ela presta o serviço, mas a multa tem que ser do poder público.

Na medida em que as empresas são contratadas pelas prefeituras ou pelo governo federal, como no caso das rodovias federais de Santa Catarina, deputado Jailson Lima, e recebem um percentual das multas, está na cara que terá malandragem nesse negócio.

Então, acho que valeria à pena se o DNIT fosse chamado aqui na Assembleia Legislativa para esclarecer os critérios. Eu lembro quando levantei esse problema, há uns dois anos, aqui na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, porque não era admissível que você dirigisse a 80km, passasse para 60km, depois para 40km e, em seguida, para 80km, isso dava a impressão de que essas câmeras, colocadas em pontos estratégicos, eram verdadeiras pegadinhas, não para evitar acidentes, mas com objetivo de arrecadar recursos. E se essas empresas ganharem em cima das multas está na cara que elas vão botar câmeras em lugares para arrecadar muito mais, para que elas tenham mais dinheiro. É o que acontecia aqui em Florianópolis, mas não deveria ser assim, o objetivo deveria ser evitar acidentes, disciplinar o motorista. A finalidade hoje é exatamente enriquecer essas empresas.

Por isso, levanto essa questão, preocupado com a rodovia, pois circulo muito na BR-282. Apenas no trecho de Palhoça a Águas Mornas, se não me engano, há dez ou 12 câmeras quase que escondidas, uma atrás da outra. E não é admissível, sr. presidente, que esse sistema eletrônico de fiscalização de alta velocidade tenha como objetivo unicamente arrecadar ao invés de ter o objetivo de disciplinar e de evitar acidentes.

Por isso, creio que esta Casa marcará um tempo importante, um trabalho importante, ao marcar uma audiência pública para discutir uma legislação que proíba que essas empresas recebam o percentual da multa dada aos motoristas de veículos em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Quero dizer que concordo plenamente com o que v.exa. está colocando. Essa é uma situação das mais esdrúxulas, não exatamente pelo que ocorre na BR-282, apesar de concordar com v.exa., com a sua forma de analisar, mas naquela estrada-geral, que sai da BR-282 e vai para o centro de Santo Amaro, há três velocidades diferentes nos radares, num trecho de alguns quilômetros: o motorista está a 60km, passa a 50km, 40km e depois, 60km.

Fica evidente que não há uma velocidade padrão, o que, inclusive, é incoerente com o disciplinamento de trânsito e de prevenção de acidentes, na minha forma de ver.

Então, parabenizo v.exa. por esse pronunciamento. Nós já tivemos, neste Parlamento, projetos no sentido de padronizar a velocidade das chamadas lombadas eletrônicas nas rodovias estaduais, que, infelizmente, não prosperaram. Inclusive, da última vez, foi vetado o projeto depois de aprovado e não conseguimos reverter esse quadro.

Então, é preciso que haja um aprofundamento dessa reflexão e desse debate, porque, por vezes, vai ficando cada vez mais clara a intenção de deixar assim, que é justamente para favorecer pessoas - vamos dizer assim, apenas dessa forma, para não apontarmos na direção de ninguém - que querem trabalhar, ou melhor, lucrar, com formas ilegais e até sórdidas, com o sacrifício das pessoas, que é imposto nas costas da população e do usuário que paga as multas.

Então, no fim e no fundo é mais uma taxa, é mais um imposto que se está cobrando para retear entre diversos interesses. E a boa parte deles ilegítimos, ilegais e por vezes, inconfessáveis.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Sargento Amauri Soares. No meu modo de ver é um absurdo esses pardais

colocados desse jeito. E quando eu levantei essa questão, há dois anos, o DNIT foi lá e fez uma série de alterações como, por exemplo, onde o limite de velocidade era de 40km, foi colocado o limite de 60km; onde era 80km também mudaram. Em alguns pontos, inclusive, mudaram a colocação desses pardais, desse sistema eletrônico de fiscalização.

Agora, o que precisamos fazer nesta Casa, já que eles dizem que a legislação tem que ser federal, é, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, trazer aqui o DNIT, primeiramente para saber se essas empresas que colocam os pardais nas rodovias federais recebem pelas multas dadas aos motoristas, porque se eles recebem, na minha maneira de ver, começa a malandragem por aí. E quando estouram essas questões dos pardais nas cidades, como aconteceu em Florianópolis, geralmente estoura por malandragem do poder público em parceria com essas empresas.

Então, acho que um fator para começar a diminuir isso é não permitir, nesse sistema eletrônico de fiscalização de velocidade, que a empresa que instale os equipamentos tenha participação no percentual das multas. A empresa que instala os pardais não deve fazê-lo em local que sabe que o cidadão vai ser multado pelas características da estrada, ela deve instalar os pardais em locais para evitar acidentes, para disciplinar os motoristas, pois a finalidade desses equipamentos deve ser disciplinar quem está dirigindo, evitar acidentes nas rodovias, principalmente, na BR-282, que é muito perigosa.

Agora, na minha maneira de ver, o que está acontecendo é que esses pardais são colocados em pontos estratégicos para arrecadar. O objetivo não é disciplinar, é arrecadar!

Por isso, a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano tem esse papel importante, que é chamar aqui o DNIT para fazer uma discussão aberta e, com isso, evitar que essa situação continue e deságue nesses problemas como aconteceu na cidade de Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.